

Mulheres na força de trabalho potencial no Brasil – 2014/2020

Fernanda Frota Correia Baeta Neves

Resumo

A economia brasileira, no período de 2014 a 2020, é marcada por duas fortes recessões, a primeira começando no segundo trimestre de 2014 e finalizada no quarto trimestre de 2019, e a segunda no período atual, iniciada no primeiro trimestre de 2020, devido à pandemia do coronavírus¹. Mesmo no período de expansão econômica, 2017 a 2019, o mercado de trabalho não apresentou melhoras significativas, permanecendo com altas taxas de desemprego e uma grande população fora da força de trabalho. E, nessas condições mais vulneráveis do mercado de trabalho, a maioria é mulher e negra.

O presente trabalho foca nas mulheres na força de trabalho potencial, em especial as desalentadas e as mulheres que não estão disponíveis para trabalhar por serem responsáveis por afazeres domésticos e cuidado de filhos e parentes. Inicia-se com uma contextualização teórica a partir da literatura da Economia Feminista, Teoria da Reprodução Social e Feminismo Negro, que explicam que o sexismo e o racismo no mercado de trabalho brasileiro não são de hoje, mas que persistem desde as épocas da colonização e da escravidão; e depois é desenvolvida uma análise empírica que demonstram a vulnerabilidade das mulheres negras no mercado de trabalho e que essa vulnerabilidade se agravou com a pandemia.

Abstract

The Brazilian economy, in the period from 2014 to 2020, is marked by two strong recessions, the first starting in the second quarter of 2014 and ending in the fourth quarter of 2019, and the second in the current period, starting in the first quarter of 2020, due to the coronavirus pandemic. Even in the period of economic expansion, 2017 to 2019, the labor market did not show significant improvements, remaining with high unemployment rates and a large population outside the labor force. And, in

¹ Cronologia trimestral segundo o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE/FGV). Ver: https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2020-06/comunicado-do-comite-de-datacao-de-ciclos-economicos-29_06_2020-1.pdf

these most vulnerable conditions in the labor market, the majority are women and black.

The present work focuses on women in the potential workforce, especially the discouraged workers and women who are not available to work because they are responsible for household chores and care for children and relatives. It begins with a theoretical contextualization based on the literature of Feminist Economics, Theory of Social Reproduction and Black Feminism, which explain that sexism and racism in the Brazilian labor market are not of today, but that they persist since the times of colonization and slavery; and then an empirical analysis is developed to demonstrate the vulnerability of black women in the labor market and that this vulnerability has worsened with the pandemic.

Keywords: Labor Market; Discouraged Worker; Women; Sexism; Structural Racism

Palavras-chaves: Mercado de Trabalho; Desalento; Mulheres; Racismo Estrutural

1. Introdução

A economia brasileira, entre os anos de 2014 e 2020, apresentou baixo desempenho em relação ao PIB e ao mercado de trabalho. Sabe-se que o crescimento econômico e a geração de empregos no Brasil caminham juntos e, por isso, cabe o questionamento se as políticas públicas destinadas ao mercado de trabalho estão realmente gerando mudanças estruturais.

O ano de 2014, no qual se inicia a análise desse trabalho, marcou um ponto de inflexão na economia brasileira. No primeiro semestre de 2014, houve a continuidade de uma década próspera, com taxas de crescimento significativas e com forte geração de empregos (destacando-se, inclusive, por maior formalização desses empregos e aumento dos salários). O crescimento acumulado do PIB de 2004 a 2014 foi de 48%. Mas, a partir do segundo semestre de 2014, se deu o começo de um período de forte recessão econômica, aprofundada entre 2015 e 2016, conjuntamente com o começo de uma crise política no Brasil.

O mercado de trabalho brasileiro é marcado pela desigualdade persistente, tanto em relação a homens e mulheres, quanto a brancos e negros². E, sobretudo, as mulheres negras são as que estão mais vulneráveis nesse cenário. São as mulheres negras que compõem a maioria dentre os desempregados, dos que estão em empregos com baixos salários, dentre os trabalhadores informais e também dos que estão fora da força de trabalho.

O objetivo, portanto, desse trabalho é o de destacar e aprofundar sobre as condições desiguais que o mercado de trabalho impõe às mulheres brasileiras. Mas, principalmente, mostrar que muitas dessas desigualdades dificultam o acesso das mulheres aos empregos disponíveis e que muitas nem sequer conseguem participar da força de trabalho, persistindo como população fora da força de trabalho³.

Considerando as pessoas fora da força de trabalho, a análise da força de trabalho potencial⁴ no Brasil tem grande importância para a compreensão da dinâmica do mercado de trabalho, tanto por representar a incapacidade de absorção dessas pessoas, mas, principalmente, pelo crescimento expressivo nos últimos anos de pessoas fora da força de trabalho.

A força de trabalho potencial é composta por pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência e pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter e estavam disponíveis para trabalhar (IBGE, 2020).

As pessoas que estavam disponíveis para trabalhar durante a semana de referência, mas que não tomaram providência para conseguir emprego nos últimos 30 dias são chamadas de desalentadas. Em 2014, os desalentados somavam quase 1,5 milhão,

² Segundo a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, na qual se institui o Estatuto da Igualdade Racial: “IV - população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga”. Portanto, nesse artigo são considerados negros aqueles que são denominados pretos e pardos pelo IBGE. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm

³ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população fora da força de trabalho é composta por pessoas que, na semana de referência, não estavam nem ocupadas e nem desocupadas. Ver em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Notas_metodologicas/notas_metodologicas.pdf

⁴ A força de trabalho potencial é composta por pessoas que estão fora da força de trabalho, mas que tem potencial para se transformarem em força de trabalho. Ver em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Tri_mestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202003_trimestre_novos_indicadores.pdf

enquanto no terceiro trimestre de 2020 chegaram aos quase 5,9 milhões de pessoas.

Segundo Saboia, Baeta e Gomes (2020), as mulheres são maioria entre os desalentados. Além disso, a partir dos dados da Pnad Contínua do segundo trimestre de 2019, as mulheres desalentadas são, sobretudo, negras (72,6%), com ensino fundamental incompleto (35,7%), do Nordeste (58,3%), principalmente da Bahia (15,9%) e Maranhão (10,6%), de área urbana (64,8%), entre 20 e 39 anos (42,5%) e com a justificativa de que não havia trabalho na localidade (62,4%).

Ao focar apenas nas condições das mulheres, a análise da força de trabalho potencial torna-se ainda mais necessária. Do segundo trimestre de 2012 ao segundo trimestre de 2020, houve um aumento de 10 milhões de mulheres em idade ativa, mas fora da força de trabalho. Além disso, a partir de 2020, existem mais mulheres fora da força de trabalho do que na força de trabalho, algo que não tinha acontecido em toda a série histórica disponível na Pnad Contínua. Ou seja, é possível perceber os impactos negativos da pandemia na vida produtiva das mulheres.

Esse trabalho foi dividido em três seções. A primeira é um aprofundamento na questão das desigualdades estruturais no mercado de trabalho brasileiro a partir de uma perspectiva do feminismo e, principalmente, do feminismo negro. A segunda seção é a de resultados a partir dos microdados da Pnad Contínua, mostrando um panorama geral do mercado de trabalho nos últimos anos e ajudando a compreender melhor quem são as mulheres que fazem parte da força de trabalho potencial e o que poderia explicar essa situação. Essa seção também pretende mostrar as consequências da pandemia para as mulheres no mercado de trabalho e que, por tabela, as colocaram para fora da força de trabalho. É importante salientar que as perdas dos empregos não foram iguais para homens e mulheres, assim como a responsabilidade pelos cuidados também não. E, por fim, serão apresentadas as principais conclusões.

O foco desse trabalho é estudar o sexismo e racismo no mercado de trabalho brasileiro. Para isso, será realizada uma análise contextualizada dos dados obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua (PNADC/IBGE), corroborando com a ideia central de que, basicamente, as condições do mercado de trabalho não se modificaram desde a escravidão, o racismo estrutural se atualiza

constantemente a cada nova crise econômica e não nos deixa esquecer que não existe democracia racial e nem um feminismo universal – que lute pelos direitos de todas as mulheres igualmente.

As mulheres estão em condições piores do que os homens no mercado de trabalho e isso é pauta do feminismo. Mas são as mulheres negras que, estruturalmente, estão nas posições mais vulneráveis da economia brasileira.

2. Desigualdades estruturais no mercado de trabalho

Os trabalhos produzidos na área de Economia sobre mercado de trabalho são muito relevantes enquanto produção de bases de dados, entendimento do contexto geral (evolução e comportamento dos indicadores socioeconômicos) e de que forma esses indicadores se comportam durante determinada série histórica. No entanto, enquanto contextualização histórica e social, os trabalhos de Economia não costumam se aprofundar muito, fazendo com que sejam tiradas conclusões simplistas sobre problemas estruturais e complexos.

Nas últimas décadas, as mulheres se inseriram muito mais no mercado de trabalho e há uma maior participação feminina nos setores da economia, sobretudo, no setor terciário (serviços e comércio). Conforme Melo e Thomé (2018), a maior concentração de mão de obra feminina está em ocupações na área de educação, saúde, serviços domésticos, serviços sociais, alojamento e alimentação, ou seja, ocupações ligadas aos cuidados e reprodução da vida. E, segundo as autoras, essa distribuição agrava as desigualdades entre mulheres e homens e, até mesmo, entre mulheres pobres e ricas.

Esse aumento de trabalhadoras pode ser explicado pelo avanço de pautas feministas, da queda das taxas de fecundidade e o aumento da escolaridade das mulheres (inclusive, as taxas de escolaridade são ainda maiores do que para os homens). Mas, alguns problemas ainda são persistentes, principalmente no que se refere ao gap salarial entre mulheres e homens e à manutenção das mulheres em trabalhos que reproduzam as funções sociais impostas anteriormente de atividades domésticas e de cuidados. O artigo da Fernandez (2019) traz conceitos relevantes sobre a segregação ocupacional por gênero que, basicamente, nomeia essa

distribuição desigual entre as ocupações ditas femininas e masculinas. A partir disso, são conceituadas duas formas de segregação: a vertical e a horizontal. A segregação vertical é a de que ocupações consideradas superiores, ou seja, com salários mais altos e que requerem maior escolaridade ou conhecimento técnico são destinadas aos homens, e as ocupações com menores salários às mulheres. E a segregação horizontal tem a ver com os setores econômicos que concentram os empregos de homens e de mulheres, como, por exemplo, os homens são maioria nos setores primário e secundário, enquanto as mulheres no setor terciário da economia. Mas o destaque do trabalho é a metáfora do “piso pegajoso” e “teto de vidro”. Resumidamente, o “piso pegajoso” se refere à dificuldade das mulheres de alterar suas condições socioeconômicas e alcançar cargos mais altos ou conseguir empregos melhores, mantendo-se em empregos precários, informais, com baixos salários e que não garantam todos os direitos trabalhistas e cobertura da seguridade social. Já o “teto de vidro” se direciona às barreiras invisíveis que dificultam o acesso das mulheres a empregos hierarquicamente superiores, ou seja, a dificuldade novamente da mulher ascender economicamente. Apesar de ambos os conceitos serem complementares, eles abordam dois temas importantes: Inicialmente a dificuldade de migrar para áreas consideradas mais masculinas (e que, portanto, têm melhores condições de trabalho) e, posteriormente, dada ascensão das mulheres na hierarquia do mercado de trabalho, o não-acesso a cargos hierarquicamente elevados, definindo um teto e até onde as mulheres são capazes de alcançar. E essa é uma problemática comum a todas as mulheres no mercado de trabalho e define um dos problemas: a desigualdade de gênero.

E, algo que também é comum tanto às mulheres brancas e negras, é a mulher como agente da teoria da reprodução social. Afinal, são as mulheres as responsáveis pela reprodução dos trabalhadores por meio de três principais processos: Por atividades que garantam que os trabalhadores estejam aptos a trabalharem (ou seja, preparação da comida, de boas condições domésticas e cuidados gerais); que mantém os não-trabalhadores, que vão compor futuramente a força de trabalho ou que já foram trabalhadores (como é o caso do cuidado das crianças, idosos e afastados por causa do desemprego ou invalidez); e, por fim, da reprodução a partir do parto de futuros novos trabalhadores (BHATTACHARYA, 2013).

Porém, para além da desigualdade de gênero, há uma questão de desigualdade racial forte no Brasil, que perpetua as relações de gênero e raça instituídas no período da escravidão e cria novas formas de se manter a ordem social supostamente democrática, porém colonial (CARNEIRO, 2013). Segundo Carneiro (2013), as mulheres negras nunca foram vistas como frágeis ou fora da força de trabalho, muito pelo contrário, por séculos foram escravizadas e trabalharam em lavouras, ruas, como vendedoras, quituteiras ou prostitutas. E a autora coloca em questão quem são as mulheres que estão conseguindo ocupar cargos melhores e garantindo sua participação na força de trabalho, e potencialmente são as mulheres brancas.

“O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas.” (CARNEIRO, 2013).

Outro estudo que traz reflexões importantes nesse sentido é o da Bairros (2008), que lembra das condições socioeconômicas “assustadoras” que as mulheres negras vivem no Brasil e de que, enquanto as mulheres brancas lutam pela inserção do mercado de trabalho como forma de libertação e independência, as mulheres negras sempre trabalharam e lutaram por sua sobrevivência ou a sobrevivência de sua família.

Gonzalez (2019 [1984]) aborda o mito da democracia racial que perpassa a sociedade brasileira desde a abolição da escravidão. Historicamente, estudamos que, após a abolição, os negros antes escravizados não foram absorvidos como força de trabalho, sobrando trabalhos inferiores ou o não-trabalho, principalmente pela preocupação em embranquecer a população brasileira. Isso traz consequências até hoje para a população negra brasileira. Estatisticamente é possível confirmar que, entre os pobres e menos escolarizados, a maioria é negro. Assim como a maioria da população em prisões, favelas e “hospícios” (GONZALEZ, 2019[1984]).

Um ponto importante abordado pela Nascimento (2019 [1990]), mas também visto no texto da Gonzalez (2019[1984]), é a distinção da função social da mulher branca e da mulher negra na história. A mulher branca tem o papel de esposa, frágil, “feminina”, amada e idealizada por homens brancos. A mulher negra é a produtora e

tem um papel muito similar ao do homem negro, de trabalhadora (dos afazeres domésticos e do campo) e de objeto sexual.

A partir do estudo teórico, é possível perceber que o sexismo e o racismo são realmente marcantes no mercado de trabalho brasileiro e encontram suas bases materiais no processo histórico de opressão, colonização e escravização de corpos femininos, negros e indígenas. Na próxima seção, os principais resultados observados sobre a população fora da força de trabalho e, mais especificamente, na força de trabalho potencial serão apresentados e serão traçadas as principais características das pessoas que compõem essa população e que são, em sua maioria, mulheres negras.

3. Principais resultados

A última divulgação da Pnad Contínua (IBGE) foi referente ao terceiro trimestre de 2020 e o panorama do mercado de trabalho foi bastante desanimador. A pandemia do coronavírus trouxe consequências muito sérias e a recuperação dessa situação precisará de incentivos e políticas públicas muito mais estruturais do que as realizadas em crises anteriores.

Desde 2012, a menor taxa de desemprego registrada foi em 2013 (6,2%), enquanto as duas maiores foram em 2017 (13,7%), teoricamente no período de recuperação da crise econômica de 2015/2016, e a maior de todas foi nesse terceiro trimestre de 2020 (14,6%). A taxa de desemprego é calculada a partir da razão de desocupados/população na força de trabalho e a definição de desocupados é o de pessoas que não estão trabalhando, mas estão procurando emprego na semana de referência. Até 2019, essa era a principal medida para analisar a dificuldade de absorção de novos trabalhadores. No entanto, apesar da alta taxa de desemprego em 2020, com a pandemia também foi necessário prestar mais atenção nas pessoas que não estavam mais procurando emprego, justamente porque foi perceptível a queda na geração de empregos e, principalmente, a destruição dos empregos que existiam.

O surpreendente na crise do coronavírus e que diferenciou totalmente das crises econômicas anteriores foi em relação à informalidade. Enquanto em crises como as

de 2015/2016, a informalidade aumentou e a formalidade diminuiu, em 2020 percebe-se outro movimento. Nos primeiros meses de pandemia, a taxa de formalidade aumentou, enquanto a de informalidade diminuiu. Esse movimento inverso também justificou o aumento do rendimento médio real, chegando ao maior patamar desde 2012, R\$ 2.589 (em valores de novembro de 2020). Obviamente o aumento do rendimento médio real não se deu por uma melhora nas condições econômicas dos trabalhadores, mas sim pela perda de empregos com rendimentos médios mais baixos, sobretudo os empregos do setor informal.

Mas o destaque é para a força de trabalho potencial, principalmente se compararmos à força de trabalho. Em 2020, essa proporção foi a maior de toda a série (14,7%), alcançando patamares tão altos quanto à taxa de desemprego. Reforçando, portanto, a importância do estudo dos indicadores referentes à força de trabalho potencial.

Tabela 1

Panorama do mercado de trabalhos para mulheres e homens - 2020.3

	% FT	% Ocupados	% Desocupados	% Fora da FT	% Desalentados	% Cuidados
Mulheres	44,2%	43,0%	50,9%	64,2%	54,3%	96,2%
Homens	55,8%	57,0%	49,1%	35,8%	45,7%	3,8%
	FT	Ocupados	Desocupados	Fora da FT	Desalentados	Cuidados
Mulheres	42.675.797	35.500.522	7.175.275	50.466.429	3.185.933	2.031.835
Homens	53.880.101	46.963.219	6.916.882	28.098.915	2.679.829	79.720
Total	96.555.898	82.463.741	14.092.157	78.565.344	5.865.762	2.111.555

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNADC/IBGE

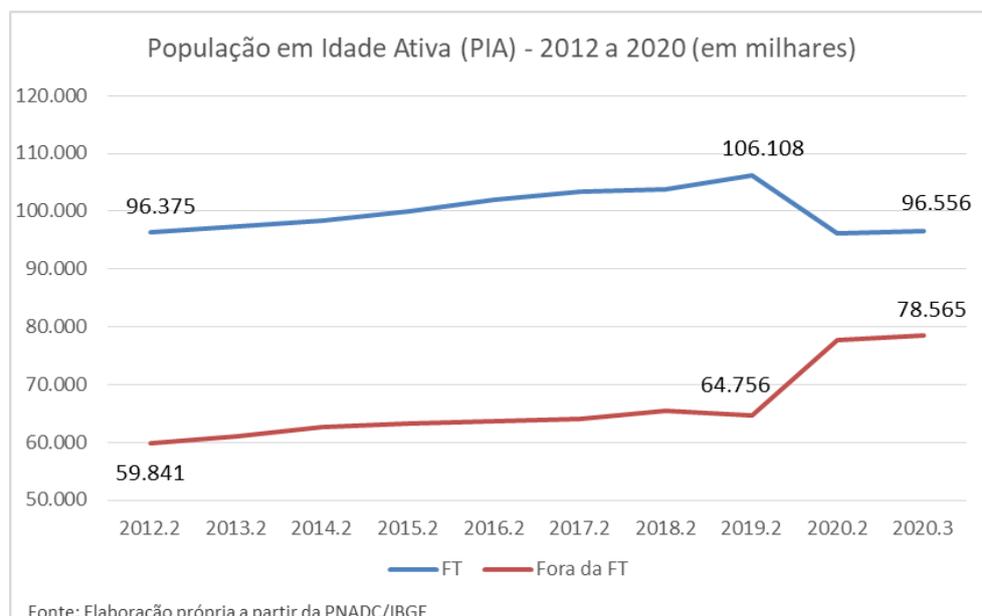
Na tabela 1, com dados referentes ao terceiro trimestre de 2020, os resultados dos principais indicadores do mercado de trabalho foram divididos entre mulheres e homens, a fim de fazer comparações e entender de que forma as desigualdades se apresentam nesse momento.

Enquanto as mulheres são maioria da população fora da força de trabalho (64,2%), são a minoria da força de trabalho (44,2%). Assim como são maioria dos desocupados (50,9%) e minoria dos ocupados (43%). É importante também observar a ordem de grandeza entre eles. Por exemplo, entre os ocupados, são um pouco mais de 11 milhões de trabalhadores a mais do que as trabalhadoras.

Entre os desalentados, as mulheres também são maioria (54,3%). E, como era esperado, também são a maioria no trabalho não remunerado (e invisibilizado) de cuidados, totalizando 96,2% das pessoas que não estão disponíveis para trabalhar por estarem cuidando de afazeres domésticos ou de filhos e parentes⁵. No terceiro trimestre de 2020, esse número foi maior do que nos trimestres de anos anteriores. Ou seja, mais mulheres estão deixando de procurar emprego para cuidar da casa e da família na pandemia. Enquanto para os homens, esse número diminuiu drasticamente.

O gráfico 1, da população em idade ativa (PIA), ou seja, pessoas a partir de 14 anos, mostra o total de pessoas que estão na força de trabalho e fora dela. Os dois indicadores cresceram entre 2012 e 2019, mantendo praticamente constante a proporção da participação de ambos entre as pessoas em idade ativa. No entanto, em 2020, com a pandemia, as pessoas na força de trabalho diminuíram e as que estão fora aumentaram, marcando exatamente essa diferença da crise atual comparativamente às outras. E, no terceiro trimestre, se mantiveram no mesmo patamar do trimestre anterior.

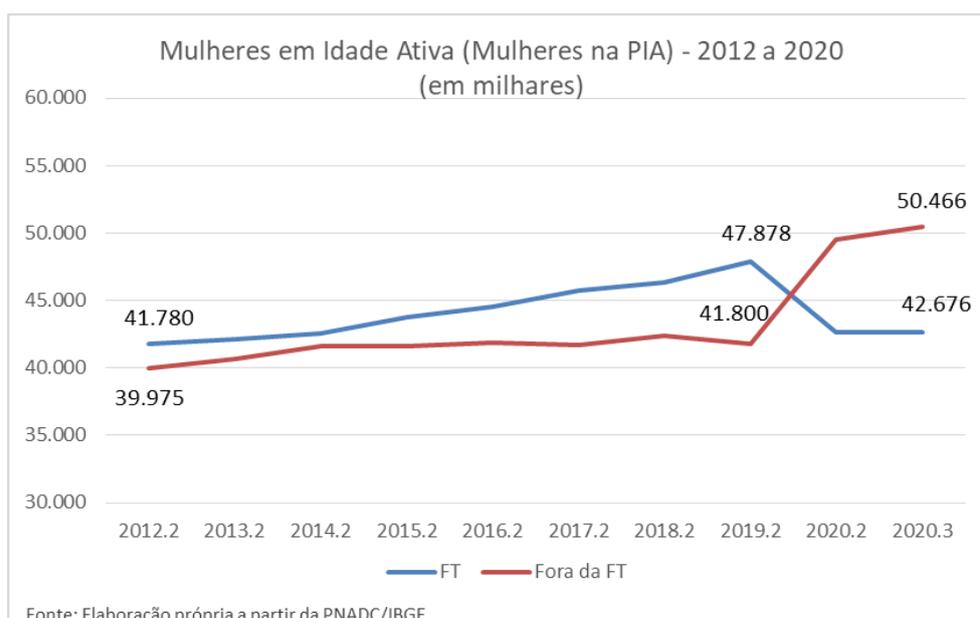
Gráfico 1



⁵ Os cuidados representados na tabela e no texto se referem a uma parcela da população fora da força de trabalho devido à responsabilidade pelos afazeres domésticos e de cuidados de filhos e parentes. Apesar de ser, conceitualmente, considerado trabalho para o IBGE, não compõe a força de trabalho por ser não-remunerado. Ver mais em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Notas_metodologicas/notas_metodologicas.pdf

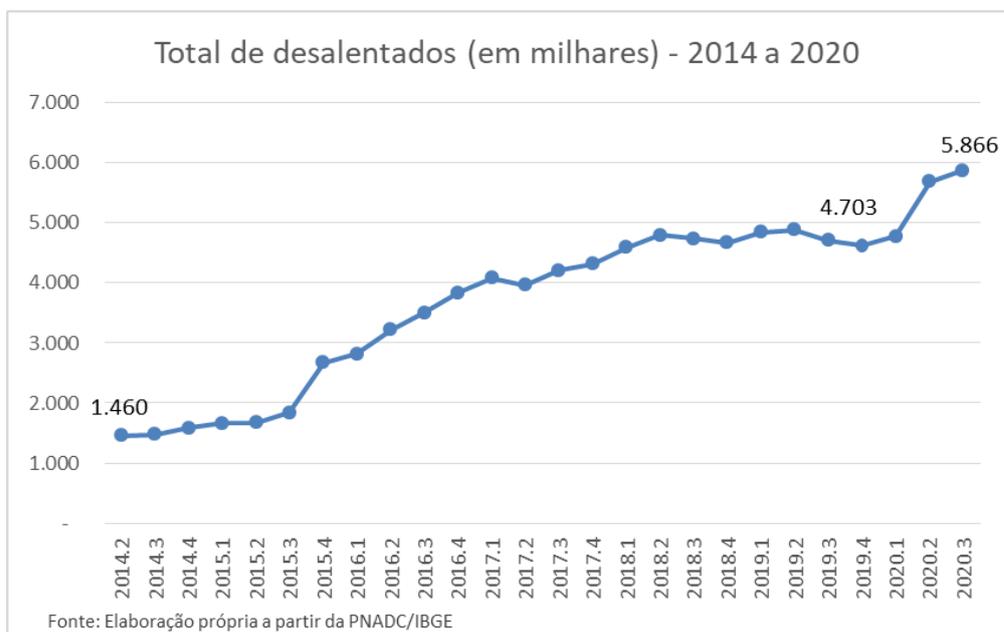
No entanto, ao ver o gráfico 2, das mulheres com mais de 14 anos, é possível perceber uma inversão que não havia existido em toda a série anteriormente. A partir da pandemia, há mais mulheres em idade ativa fora da força de trabalho do que dentro. E esse crescimento das mulheres fora da força de trabalho continuou aumentando do segundo para o terceiro trimestre de 2020. É muito preocupante observar que a crise do covid-19 foi capaz de empurrar as mulheres para fora do mercado de trabalho, diminuindo a autonomia econômica e criando abismos ainda maiores entre homens e mulheres, principalmente quando, no segundo trimestre de 2019, foi o melhor desempenho histórico na participação das mulheres na força de trabalho. Esse dado fortalece que, quando a crise aperta, são as mulheres que perdem primeiro seus empregos e precisam cuidar dos afazeres domésticos e da família.

Gráfico 2



Um indicador importante para os que estão fora da força de trabalho é o de desalentados, pois refere-se às pessoas que simplesmente desistiram de procurar emprego e o principal motivo é por não haver trabalho na localidade (68,9% das mulheres desalentadas e 69,4% dos homens desalentados). De 2014 a 2020, o total de desalentados saltou de 1,5 milhão para 5,9 milhões. E, no período de um ano, do terceiro trimestre de 2019 para o mesmo trimestre de 2020, houve um aumento de 24,7% de pessoas nessas condições. O desalento estava aumentando gradualmente desde 2014, mas a pandemia acelerou esse aumento.

Gráfico 3



Comparando o perfil das mulheres desalentadas de 2014 a 2020, a proporção de mulheres negras diminuiu (de 74,8% para 71,8%), aumentando a de brancas, amarelas e indígenas. Em relação à escolaridade, enquanto em 2014 a maior parte das desalentadas tinha ensino fundamental incompleto (44,7%), em 2020 tem ensino médio completo (35,8%). Houve também queda da participação das desalentadas sem instrução e ensino fundamental incompleto, e aumentou a participação das desalentadas com ensino superior incompleto e completo. Ou seja, mulheres mais escolarizadas estão se tornando desalentadas. A faixa etária permanece a mesma, a maioria entre 20 e 39 anos. Uma informação importante é que, em 2014, 71,6% das mulheres desalentadas eram da região Nordeste, enquanto agora são 55,1%. Apesar da maioria ainda ser do Nordeste, houve um aumento das desalentadas do Sudeste (24,8%). Os estados com mais desalentadas são Bahia (15,5%), São Paulo (11,1%) e Maranhão (10,9%).

Tabela 2

Mulheres responsáveis por tarefas de cuidados, por cor/raça - 2014 a 2020

	2014.2		2019.2		2020.2		2020.3	
Branca	498.968	32,8%	610.077	31,8%	682.690	35,0%	660.103	32,5%
Preta	121.729	8,0%	210.083	10,9%	184.512	9,5%	225.461	11,1%
Amarela	2.344	0,2%	13.524	0,7%	6.159	0,3%	8.540	0,4%
Parda	896.037	58,9%	1.077.739	56,1%	1.060.211	54,3%	1.130.136	55,6%
Indígena	2.885	0,2%	8.926	0,5%	18.432	0,9%	7.595	0,4%
Total	1.521.963	100%	1.920.349	100%	1.952.004	100%	2.031.835	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNADC/IBGE

Das pessoas que não estão disponíveis para trabalhar por estarem responsáveis pelas tarefas de cuidados, no terceiro trimestre de 2020, 96,2% são mulheres (mais de 2 milhões de mulheres). Mas, mesmo entre as mulheres, esse trabalho não é igualmente dividido, recaindo muito mais sobre as mulheres negras (66,7%) do que as brancas (32,5%). Enquanto do segundo trimestre de 2014 para o mesmo trimestre de 2020, houve um pequeno aumento da participação das mulheres brancas nos cuidados, do segundo para o terceiro trimestre de 2020, retornou ao mesmo patamar de 2014. O que comprova que essa é uma condição estruturante e como a Lélia Gonzalez bem colocou:

“Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Como mucama, é a mulher; então a “bá” é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve para parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Essa é efetuada pela negra. Por isso, a “mãe preta” é a mãe.” (GONZALEZ, 1984).

4. Considerações finais

Infelizmente era esperado que a pandemia, principalmente pela necessidade do distanciamento social, gerasse sobrecarga às mulheres. Estando em casa, com ou sem home office, mantendo ou não seus trabalhos, recairia (e recaiu) sobre as mulheres os deveres da casa e da família (dos filhos e dos idosos principalmente).

Além do trabalho não remunerado, a convivência diária e em tempo integral fez também com que aumentassem os números de violência contra mulher e o feminicídio⁶. Como se já não fosse suficientemente difícil essa realidade posta às mulheres, sobretudo às mulheres negras, o mercado de trabalho também fortaleceu essa desigualdade entre os gêneros.

Como comentado anteriormente, atualmente há mais mulheres fora da força de trabalho do que dentro, assim como há mais mulheres desalentadas e desocupadas. Dentre as posições mais vulneráveis do mercado de trabalho, todas são compostas majoritariamente por mulheres.

É muito comum, em trabalhos de economia, concluir que as mulheres e negros estão em condições inferiores aos homens e brancos, mas isso com base apenas na conjuntura econômica. Porém, não existe uma preocupação em entender desde quando essa configuração se dá dessa forma. Não é de hoje, não é por causa da crise do coronavírus ou das crises que ocorreram nos últimos 30 ou 40 anos no Brasil. Mas vem de uma ideologia patriarcal e racista que sustenta a estrutura da economia brasileira desde os tempos da escravidão e desde o começo da colonização brasileira, por volta de 1500. A ciência econômica ainda se sustenta nesses pilares escravagistas e colonizadores, acreditando na ideia de um “homo economicus” capaz de fazer escolhas racionais. Ao considerar as características desse agente econômico, é perceptível que estamos falando de um padrão, que é um homem branco e eurocêntrico. Recorrentemente os dados denunciam que não deveria ser essa a forma de se entender Economia e, mais que isso, não deveria ser com base apenas na conjuntura que as políticas públicas no mercado de trabalho deveriam ser embasar, mas para isso seria preciso reformular a ciência econômica como aprendemos, ensinamos e perpetuamos.

Referências bibliográficas

BAIRROS, L. Mulher Negra e o Feminismo. In: O Feminismo do Brasil: Reflexões Teóricas e Perspectivas, org. Ana Alice Alcantara Costa e Cecília Maria Sardenberg. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, UFBA. Salvador, 2008.

⁶ Ver mais em: <https://thinkolga.squarespace.com/>

BHATTACHARYA, T. O que é a Teoria da Reprodução Social? Socialist Worker, 2013.

CARNEIRO, S. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma Perspectiva de Gênero. Instituto da Mulher Negra, Geledés. São Paulo, 2013.

FERNANDEZ, B. Teto de Vidro, Piso Pegajoso e Desigualdades de Gênero no Mercado de Trabalho Brasileiro à Luz da Economia Feminista: Por que as Iniquidades Persistem? In: Revista Cadernos de Campos n. 26, p. 79-103. Araraquara, 2019.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: Pensamento Feminista Brasileiro, org. Heloisa Buarque de Hollanda. Editora Bazar do Tempo, 2019 [1984].

MELO, H. P., THOMÉ, D. Mulheres e Poder: Histórias, Ideias e Indicadores. Editora FGV, 2018.

NASCIMENTO, B. A Mulher Negra no Mercado de Trabalho. In: Pensamento Feminista Brasileiro, org. Heloisa Buarque de Hollanda. Editora Bazar do Tempo, 2019 [1990].

SABOIA, J., BAETA, F., GOMES, G. Desalentados no Brasil – Caracterização e Evolução no Período 2014/2019. Rio de Janeiro: Instituto de Economia UFRJ, abril de 2020. (Texto para Discussão, 003)

Anexo

Características gerais das mulheres desalentadas - 2014, 2019 e 2020

Variável	2014.2		2019.2		2020.2	
	Quantidade	% Desalentadas	Quantidade	% Desalentadas	Quantidade	% Desalentadas
Cor/Raça						
Branca	214.695	24,8%	698.830	26,0%	828.248	27,1%
Preta	71.208	8,2%	289.074	10,8%	290.591	9,5%
Amarela	1.158	0,1%	20.144	0,8%	17.220	0,6%
Parda	575.880	66,6%	1.664.886	61,9%	1.904.933	62,3%
Indígena	1.619	0,2%	16.941	0,6%	14.305	0,5%
Escolaridade						
Sem instrução	47.194	5,5%	108.030	4,0%	81.589	2,7%
Fundamental incompleto	386.109	44,7%	960.500	35,7%	923.407	30,2%
Fundamental completo	93.352	10,8%	292.137	10,9%	289.658	9,5%
Médio incompleto	83.081	9,6%	297.615	11,1%	357.106	11,7%
Médio completo	227.151	26,3%	810.859	30,1%	1.093.034	35,8%
Superior incompleto	13.215	1,5%	73.849	2,8%	86.159	2,8%
Superior completo	14.458	1,7%	147.026	5,5%	224.660	7,4%
Idade						
14-19	172.543	20,0%	513.934	19,1%	515.801	16,9%
20-29	202.173	23,4%	608.053	22,6%	767.186	25,1%
30-39	173.393	20,1%	535.470	19,9%	672.154	22,0%
40-49	156.664	18,1%	460.229	17,1%	565.114	18,5%
50-64	131.453	15,2%	450.783	16,7%	450.695	14,7%
65+	28.334	3,3%	121.547	4,5%	84.663	2,8%
Região						
Norte	62.043	7,2%	261.313	9,7%	326.357	10,7%
Nordeste	619.106	71,6%	1.566.920	58,3%	1.682.417	55,1%
Sudeste	128.009	14,8%	602.368	22,4%	758.367	24,8%
Sul	31.962	3,7%	137.190	5,1%	155.448	5,1%
Centro-Oeste	23.440	2,7%	122.224	4,5%	133.025	4,4%
Situação do domicílio						
Urbana	530.889	61,4%	1.744.338	64,8%	2.071.696	67,8%
Rural	333.671	38,6%	945.678	35,2%	983.917	32,2%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNADC/IBGE

Características gerais dos homens desalentados - 2014, 2019 e 2020

Variável	2014.2		2019.2		2020.2	
	Quantidade	% Desalentados	Quantidade	% Desalentados	Quantidade	% Desalentados
Cor/Raça						
Branca	156.346	26,2%	554.826	25,4%	658.095	25,1%
Pre ta	39.969	6,7%	257.637	11,8%	256.030	9,7%
Amarela	690	0,1%	15.773	0,7%	20.956	0,8%
Parda	398.581	66,9%	1.348.242	61,7%	1.679.982	64,0%
Indígena	285	0,1%	10.292	0,5%	11.881	0,5%
Escolaridade						
Sem instrução	59.411	10,0%	173.270	7,9%	147.050	5,6%
Fundamental incompleto	318.091	53,4%	1.048.171	47,9%	1.114.457	42,4%
Fundamental completo	73.236	12,3%	223.423	10,2%	285.986	10,9%
Médio incompleto	48.398	8,1%	229.166	10,5%	254.935	9,7%
Médio completo	85.934	14,4%	409.008	18,7%	639.289	24,3%
Superior incompleto	3.861	0,7%	42.050	1,9%	80.060	3,0%
Superior completo	6.941	1,2%	61.681	2,8%	105.167	4,0%
Idade						
14-19	184.798	31,0%	575.546	26,3%	573.584	21,8%
20-29	127.474	21,4%	466.224	21,3%	605.557	23,1%
30-39	84.288	14,1%	318.291	14,6%	465.608	17,7%
40-49	59.233	9,9%	276.128	12,6%	376.762	14,3%
50-64	98.469	16,5%	411.670	18,8%	465.314	17,7%
65+	41.609	7,0%	138.910	6,4%	140.119	5,3%
Região						
Norte	41.627	7,0%	221.979	10,2%	251.146	9,6%
Nordeste	427.199	71,7%	1.352.152	61,8%	1.548.013	58,9%
Sudeste	85.712	14,4%	444.185	20,3%	589.349	22,4%
Sul	25.796	4,3%	102.152	4,7%	149.472	5,7%
Centro-Oeste	15.537	2,6%	66.301	3,0%	88.963	3,4%
Situação do domicílio						
Urbana	364.174	61,1%	1.329.579	60,8%	1.782.180	67,8%
Rural	231.698	38,9%	857.190	39,2%	844.763	32,2%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNADC/IBGE

Mulheres desalentadas por estados brasileiros - 2014, 2019 e 2020

	2014.2		2019.2		2020.2	
	Quantidade	% Desalentados	Quantidade	% Desalentados	Quantidade	% Desalentados
Rondônia	3.557	0,4%	9.542	0,4%	17.031	0,6%
Acre	3.775	0,4%	21.625	0,8%	20.134	0,7%
Amazonas	10.021	1,2%	53.206	2,0%	78.860	2,6%
Roraima	3.321	0,4%	8.924	0,3%	12.786	0,4%
Pará	27.237	3,2%	129.946	4,8%	157.951	5,2%
Amapá	3.445	0,4%	7.482	0,3%	12.565	0,4%
Tocantins	10.687	1,2%	30.588	1,1%	27.030	0,9%
Maranhão	72.905	8,4%	285.963	10,6%	332.809	10,9%
Piauí	58.430	6,8%	93.058	3,5%	92.823	3,0%
Ceará	84.932	9,8%	178.859	6,7%	179.384	5,9%
Rio Grande do Norte	46.813	5,4%	108.690	4,0%	107.695	3,5%
Paraíba	63.475	7,3%	122.555	4,6%	115.516	3,8%
Pernambuco	48.195	5,6%	172.634	6,4%	168.261	5,5%
Alagoas	34.404	4,0%	121.870	4,5%	149.170	4,9%
Sergipe	27.869	3,2%	56.953	2,1%	64.492	2,1%
Bahia	182.082	21,1%	426.339	15,9%	472.267	15,5%
Minas Gerais	68.083	7,9%	251.883	9,4%	297.387	9,7%
Espírito Santo	5.347	0,6%	18.894	0,7%	26.399	0,9%
Rio de Janeiro	8.350	1,0%	72.740	2,7%	94.378	3,1%
São Paulo	46.230	5,4%	258.851	9,6%	340.203	11,1%
Paraná	19.468	2,3%	62.147	2,3%	63.654	2,1%
Santa Catarina	1.557	0,2%	20.188	0,8%	31.868	1,0%
Rio Grande do Sul	10.937	1,3%	54.856	2,0%	59.926	2,0%
Mato Grosso do Sul	6.180	0,7%	24.293	0,9%	26.314	0,9%
Mato Grosso	5.505	0,6%	16.788	0,6%	23.754	0,8%
Goiás	8.445	1,0%	62.532	2,3%	71.263	2,3%
Distrito Federal	3.309	0,4%	18.611	0,7%	11.694	0,4%
Total	864.559	100,0%	2.690.016	100,0%	3.055.614	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNADC/IBGE